

Mateus Bertoncini

LINDB

LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO

**Constituição e as Alterações
Implementadas pela Lei 13.655/2018**

Prefácio por Sérgio Kukina

Curitiba
Juruá Editora
2022

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
 e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-85-362-9970-9

JURUÁ
 EDITORA

Brasil – R. Flávio Dallegrave, 7.665 – São Lourenço – Fone: (41) 4009-3900
 Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 82.210-310 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
 Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: Luiz Augusto de Oliveira Junior

Bertoncini, Mateus.

B547 LINDB – Lei de introdução às normas do direito brasileiro: constituição e as alterações implementadas pela lei 13.655/2018 / Mateus Bertoncini – Curitiba: Juruá, 2022.
 276p.: il. ;21cm

1. Direito público. 2. Direito administrativo. I. Título.

CDD 340.1 (22.ed)
 CDU 340

00020

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte (CIP)
 Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
Capítulo 1 “ESTADO INIMIGO”	21
1.1 “ESTADO INIMIGO” – O DIAGNÓSTICO QUE INSPIROU O LEGISLADOR.....	22
1.2 O ALEGADO CONFLITO ENTRE SEGURANÇA JURÍDICA E CONTROLE	24
1.3 ESTADO LEGAL <i>VERSUS</i> ESTADO REAL.....	28
1.4 SIMPLIFICAÇÃO MANIQUEÍSTA E TAUTOLÓGICA.....	30
1.5 A CORRUPÇÃO NA ESFERA PÚBLICA E A IMPUNIDADE: ASSUNTO INTOCADO.....	32
1.6 REDUZIR OU APLACAR O CONTROLE É A SOLUÇÃO?	42
Capítulo 2 ANÁLISE DOS “FATORES DE DISTORÇÃO” JUSTIFICADORES DO PROJETO DO SENADO 349/2015	47
2.1 “ALTO GRAU DE INDETERMINAÇÃO”	48
2.2 “RELATIVA INCERTEZA”	53
2.3 “TENDÊNCIA À SUPERFICIALIDADE” E “DIFICULDADE DE CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO E RÁPIDO”	55
2.4 “INSTABILIDADE DOS ATOS JURÍDICOS PÚBLICOS”	58
2.5 “EFEITOS NEGATIVOS INDIRETOS”	60
2.6 “MODO AUTORITÁRIO” DE EDIÇÃO DE NORMAS	62
2.7 SÍNTESE DOS “FATORES DE DISTORÇÃO”	64
Capítulo 3 EXAMINANDO OS DISPOSITIVOS DA LINDB INTRODUZIDOS PELA LEI 13.655/2018	67
3.1 ART. 20.....	70
3.1.1 “Justificativa” do Dispositivo	71
3.1.2 Esfera Controladora	72

3.1.3	A Possibilidade de Tomada de Decisão com Base em Valores Jurídicos Abstratos	74
3.1.4	A (In)Compatibilidade Entre os Arts. 3º e 20 da LINDB.....	80
3.1.5	A (In)Compatibilidade Entre os Arts. 4º e 20 da LINDB.....	83
3.1.6	Consideração das Consequências Práticas e Possíveis Alternativas	86
3.2	ART. 21	87
3.2.1	“Justificativa” do Dispositivo.....	88
3.2.2	Verificação dos Elementos que Compõem o Art. 21	89
3.2.2.1	“Decisão que decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa”.....	89
3.2.2.2	“Editada na esfera administrativa, controladora ou judicial”	92
3.2.2.3	“Deverá indicar de modo expreso suas consequências jurídicas e administrativas”	92
3.2.2.4	“Quando for o caso, a decisão deverá indicar as condições para que a regularização ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais”	94
3.2.2.5	“Não se pode impor aos sujeitos atingidos ônus ou perdas que, em função das peculiaridades do caso, sejam anormais ou excessivos”	95
3.2.3	Inversão de Valores.....	97
3.3	ART. 22.....	99
3.3.1	Justificativa do Dispositivo	100
3.3.2	Crítica aos Fundamentos do Art. 22	102
3.3.3	Verificação dos §§ 2º e 3º	106
3.3.3.1	O § 2º do art. 22 da LINDB	106
3.3.3.2	O § 3º do art. 22 da LINDB	112
3.4	ART. 23	114
3.4.1	Justificativa do Dispositivo	114
3.4.2	Crítica aos Fundamentos do Art. 23.....	116
3.5	ART. 24	125
3.5.1	Justificativa do Dispositivo	125

3.5.2	Crítica ao Art. 24 da LINDB.....	126
3.5.2.1	O problema da vinculação à “orientação geral”.....	129
3.5.2.2	A questão da “orientação geral” inconstitucional, ilegal ou viciada	131
3.6	ART. 26.....	134
3.6.1	Justificativa do Dispositivo.....	135
3.6.2	As Disposições Vetadas do Art. 26.....	137
3.6.3	Analisando os Elementos do Art. 26 da LINDB	141
3.6.3.1	Natureza jurídica do compromisso com os interessados: não é acordo	143
3.6.3.2	A natureza da competência para a celebração do “compromisso com os interessados”	146
3.6.3.3	O devido procedimento administrativo para a celebração de compromisso	147
3.7	ART. 27.....	148
3.7.1	Justificativa do Dispositivo.....	149
3.7.2	Análise do Art. 27 da LINDB	151
3.7.2.1	A diversidade de processos e de instâncias.....	152
3.7.2.2	Nova modalidade de responsabilidade civil – a indenização dos “efeitos colaterais”	159
3.7.3	Os Parágrafos do Art. 27	162
3.8	ART. 28.....	163
3.8.1	Justificativa do Dispositivo	164
3.8.2	Os Vetos aos Parágrafos	166
3.8.3	Análise do Dispositivo	167
3.8.3.1	Erro grosseiro.....	170
3.9	ART. 29.....	173
3.9.1	Justificativa do Dispositivo	174
3.9.2	O Veto ao § 2º do Art. 29.....	175
3.9.3	Análise do Dispositivo	176
3.10	ART. 30.....	177

Capítulo 4	A LEI 13.655/2018 E O DIREITO ADMINISTRATIVO CONSTITUCIONAL.....	181
4.1	A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO, SEUS PRINCÍPIOS E O SECTARISMO DA LEI 13.655/2018.....	182
4.1.1	A Constitucionalização do Direito Administrativo Brasileiro.....	182
4.1.2	A Princiologia do Direito Administrativo Contemporâneo e a Lei 13.655/2018.....	186
4.2	O NÃO RECONHECIMENTO DOS PRINCÍPIOS COMO ESPÉCIE NORMATIVA.....	194
4.3	O ANTAGONISMO ENTRE EFICIÊNCIA E LEGALIDADE.....	196
4.4	INTERESSE PÚBLICO E “INTERESSES GERAIS” SÃO A MESMA COISA?	200
4.5	O VIÉS IDEOLÓGICO QUE INFORMOU A LEI 13.655/2018	207
4.6	AFERINDO A CONSTITUCIONALIDADE DA REFORMA DA LINDB.....	212
4.6.1	A Inconstitucionalidade Formal da Lei 13.655/2018.....	212
4.6.2	A Lei 13.655/2018 e a Afronta aos Princípios Constitucionais de Direito Público.....	215
4.7	A DUVIDOSA CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS DE INTERPRETAÇÃO	218
4.8	“SEGURANÇA JURÍDICA E QUALIDADE DAS DECISÕES PÚBLICAS” OU A TENTATIVA DE SE INAUGURAR UM DIREITO ADMINISTRATIVO “LÍQUIDO”?.....	220
	CONCLUSÃO	223
	REFERÊNCIAS	229
	ANEXOS.....	235
	ÍNDICE REMISSIVO.....	265